BBCE - BALCÃO BRASILEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021

EO/EAV/TGM/JRN/LCSM 1463/22

BBCE - BALCÃO BRASILEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021
Conteúdo
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
Balanços patrimoniais
Demonstrações do resultado
Demonstrações do resultado abrangente
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis



Tel.: +55 11 3848 5880 Fax: + 55 11 3045 7363 www.bdo.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho, de suas operações e os fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 da Companhia. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos opinião separada sobre esses assuntos.



Capitalização dos gastos com intangível

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, o ativo intangível líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, perfaz o montante de R\$ 31.185.940.

O ativo descrito no montante citado acima, representa substancialmente gastos com desenvolvimento de novas plataformas digitais para a Companhia. Os montantes aplicados nestes projetos são materiais e exigem que a Administração tenha controles para avaliar quais gastos são elegíveis e que podem ser capitalizados como ativo intangível.

Pelo fato destas transações serem especificas ao processo de capitalização e, pela magnitude dos montantes envolvidos, consideramos a capitalização dos gastos com intangível como um principal assunto de auditoria.

Receita com prestação de serviços

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16, a Companhia possui registrado saldos de receita operacional líquida com prestação de serviços, que perfaz o montante de R\$ 18.796.344 em 31 de dezembro de 2021.

A receita Companhia é composta por emolumentos que variam em função do volume de energia transacionado e são reconhecidas de acordo com os termos contratuais estabelecidos.

Pela sua natureza e magnitude, consideramos a receita com prestação de serviços como um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento dos gastos com os projetos;
- (ii) Entendimento geral do ambiente de controles internos sobre a contabilização dos investimentos relacionado a esses projetos;
- (iii) Realização de testes amostrais dos serviços aplicados, bem como alocação de horas internas para o desenvolvimento do intangível;
- (iv) Avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Os resultados destes procedimentos nos forneceram evidência de auditoria apropriada e suficiente às demonstrações contábeis da Companhia.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (v) Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita;
- (vi) Realização de testes amostrais de documentos para validação da base de dados utilizados para a mensuração da receita:
- (vii) Análise das conciliações das receitas extraídas do sistema fiscal, com os saldos contábeis e relatórios internos;
- (viii) Realização de procedimentos de teste de corte, para receita, avaliando a competência dos registros contábeis;
- (ix) Avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação. Os exames dessas demonstrações foram conduzidos sob nossa responsabilidade, para as quais emitimos relatório em 23 de março de 2021, sem modificar a nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/0-1

Esmir de Oliveira Contador CRC 1 SP 109628/0-0

BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	25.965.413	31.049.021
Contas a receber de clientes	7	1.511.069	1.367.570
Contas a receber de partes relacionadas	7e 21	450.162	378.240
Impostos a recuperar	8	1.884.040	393.638
Despesas antecipadas	-	110.728	_
Outros	-	2.065	18.797
		29.923.477	33.207.266
Não circulante			
Imobilizado	9	462.706	519.532
Intangível	10	31.185.940	19.685.134
Direito de uso	-	101.204	-
	_	31.749.850	20.204.666
Total do ativo		61.673.237	53.411.932

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	2.143.697	1.107.371
Obrigações sociais e trabalhistas	12	3.605.849	2.790.889
Obrigações tributárias a recolher	13	400.162	464.907
Dividendos a pagar	15.2	-	365.215
Arrendamento	-	109.268	-
Provisão de plano de incentivo	-	114.984	-
Outras contas a pagar	<u>-</u>	259.289	544.687
		6.623.249	5.273.069
Não circulante Exigível a longo prazo Demandas judiciais Provisão de plano de incentivo	14	611.657 129.122	-
Trovisão de plano de moentivo	-	740.779	-
Capital social Reservas de lucros	15.1 - -	48.639.024 5.670.275 54.309.299	41.503.159 6.635.704 48.138.863
Total do passivo e do patrimônio líquido	_	61.673.327	53.411.932

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)

_	Nota 2021		2020
Receita operacional líquida	16	18.796.344	14.713.702
Custo dos serviços prestados	17	(9.082.697)	(7.224.080)
Lucro bruto		9.713.647	7.489.622
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	18	(12.980.221)	(5.921.425)
Lucro líquido antes do resultado financeiro		(3.266.574)	1.568.197
Receitas financeiras	19	1.336.887	397.874
Despesas financeiras		(124.838)	(58.232)
Resultado financeiro líquido		1.212.049	339.642
Prejuízo (lucro) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.054.525)	1.907.840
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	751.861	(370.092)
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		(1.302.664)	1.537.748

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)

	2021	2020
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	(1.302.664)	1.537.748
Resultado abrangente do exercício	(1.302.664)	1.537.748

BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)

		Reservas				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva especiais de lucros a realizar	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		19.029.563	449.629	5.013.542	-	24.492.734
Aumento de capital		29.654.672	-	-	-	29.654.672
Ações não integralizadas		(7.181.076)	-	-	-	(7.181.076)
Lucro líquido do Exercício		-	-	-	1.537.748	1.537.748
Complemento de reserva legal		-	76.887	-	(76.887)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	(365.215)	(365.215)
Transferência da reserva de lucros		-	-	1.095.646	(1.095.646)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		41.503.159	526.516	6.109.188	-	48.138.863
Ações integralizadas	15.1	7.135.865	-	-	-	7.135.865
Prejuízo líquido do exercício	15.3	-	-	-	(1.302.664)	(1.302.664)
Absorção de prejuízo reserva de lucros		-	-	(1.302.664)	1.302.664	-
Reversão de dividendos obrigatórios	15.2	-	-	365.215	-	365.215
Outros		-	-	(27.982)	-	(27.982)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		48.639.024	526.516	5.143.757	-	54.309.298

BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)

(1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2)	Nota	2021	2020
Atividades operacionais		4 000 //4	4 507 740
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		1.302.664	1.537.748
Ajustes para reconciliar o prejuízo (lucro) líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais			
Depreciações	9 e 18	233.411	99.783
Amortizações	10 e 17	2.636.068	679.851
Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)	10 e 17	2.359.631	-
Direito de uso		(101.204)	-
Demandas judiciais	14	611.657	(116.943)
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	7	(3.940)	-
Valor residual do imobilizado baixado	9	4.820	-
Provisão de bônus		587.452	-
Plano de Incentivo		244.106	
Outros Aumento/(diminuição) dos ativos		17.097	-
Contas a receber		(19.098)	(579.442)
Contas a receber - partes relacionadas		(238.459)	(377.442)
Impostos a recuperar		(1.884.040)	(259.996)
		(110.728)	(18.798)
Despesa antecipada Outros		16.732	_
Aumento/(diminuição) dos passivos		10.732	
Fornecedores		1.036.326	69.244
Obrigações sociais e trabalhistas		227.508	981.254
Obrigações tributárias a recolher		(64.745)	49.232
Arrendamento		109.268	
Outras contas a pagar		(295.400)	539.395
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais		4.458.437	2.981.328
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado	9	(181.405)	(437.576)
Aquisições de ativo intangível	10	(16.496.505)	(15.699.850)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimentos		(16.677.910)	(16.137.426)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		7 405 075	00 470 507
Integralização de capital		7.135.865	22.473.597
Distribuição de dividendos Caixa líquido das atividades de financiamentos		7.135.865	(365.217) 22.108.380
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(5.083.608)	8.952.282
·	:		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		31.049.021 25.965.413	22.096.739 31.049.021
Saina & equivalentes de caina em et de dezembro		20.700.413	31.047.021
Variação em caixa e equivalentes de caixa	· -	(5.083.608)	8.952.282

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Introdução

A administração da BBCE, ao final de 2020, decidiu adotar a partir do exercício de 2021 todas as normas do IFRS (CPC pleno) em manutenção do CPC ME que vinha sendo utilizado para registrar todas as suas atividades desde sua abertura. O motivo para a adesão desse conjunto de normas contábeis se deu através da análise por parte de seus gestores quanto a necessidade de refletir em suas demonstrações contábeis valores e informações que sejam adequadas as práticas contábeis em vigor no país e aceitas internacionalmente. Em paralelo, a aprovação e regulação da comissão de valores mobiliários (CVM) para a BBCE atuar com derivativos, tornou imprescindível a adequação ao padrão internacional de contabilidade.

A partir de 2021 a BBCE foi autorizada pela CVM a operar como Entidade administradora de mercado organizado (IN CVM 461). Após a aprovação, a companhia de forma compulsória passou a aderir o CPC pleno, visto que, de acordo com o item p7 do CPC PME o "Pronunciamento não inclui (i) as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários- CVM". Desta maneira, a Companhia tem se adequado as normas do IFRS que tem tido efeito prático no registro de suas operações e refletida nas demonstrações contábeis.

2. Contexto operacional

A BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. ("Companhia" ou "BBCE"), localizada na Av. São Gabriel, nº 477, 2º Andar, Jardim Paulista - São Paulo, tem como objetivo a execução das atividades de desenvolvimento, a administração, a disponibilização, a exploração e manutenção de sistema eletrônico ou ambiente para a prestação de serviços aos seus clientes de formalização de contratos de compra e venda de energia elétrica por meio da rede mundial de computadores; a administração de bens e negócios próprios.

Impactos do COVID-19

Em decorrência do momento em que vivemos, a respeito da pandemia de Covid-19, foram adotadas medidas como home office para todos os colaboradores desde o início da pandemia, sanitização completa do escritório, adequação dos espaços com orientações quanto a prevenção da Covid e a limitação de pessoas nos ambientes, disponibilização de máscaras, álcool em gel e medição de temperatura para as pessoas que desejam ir ao escritório que não sejam de risco, não utilizem transporte público e nem residam com pessoas do grupo de risco.

Foi adotado o Programa Cuide-se, um programa de saúde mental na Companhia onde disponibilizamos uma plataforma com psicólogos que fazem atendimento online e valor acessível com coparticipação da empresa, além de palestras e encontros para falar de diversos temas voltado a saúde mental, física e demais temas.

Não sofremos impactos financeiros significativos e não adotamos a nenhum programa do governo, mas houve um trabalho de redução de gastos e negociação quanto aos índices na aplicação de reajustes contratuais durante o exercício de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a) <u>Base de elaboração e apresentação</u>

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, essas informações não foram auditadas.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2022.

b) <u>Declaração de conformidade com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis</u> (CPC)

A emissão das demonstrações contábeis está em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

c) Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O Custo Histórico é uma das bases de mensuração de onde os ativos são contabilizados pelo valor pago com caixa ou seus equivalentes, garantido uma mensuração próxima a realidade do real valor recuperável do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

No caso dos passivos, estes são contabilizados pelos valores de caixa e seus equivalentes a serem pagos ou pelo justo valor de outra retribuição a ser entregue para liquidar a obrigação. A entidade também segue as premissas de atualização de valor justo para seus instrumentos financeiros, sejam eles direitos ou deveres, sempre mensurados pelo valor atualizado de acordo com resultados ou informações abrangentes.

e) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

f) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes às provisões necessárias para demandas judiciais (provisão para contingências), Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), seleção de vidas úteis para ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

- Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa: Estimadas de acordo com o histórico do cliente, tempo em que o saldo está em aberto além das informações complementares como situação econômica do cliente.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Através de estudo e análise feitos pela administração junto a consultoria competente o cálculo do impairment foi realizado a fim de demonstrar o valor mais próximo a realidade do valor recuperável do ativo.
- Provisões para demandas judiciais: As provisões de contingência seguem as premissas adotadas no CPC 25 de acordo com a probabilidade das obrigações (Prováveis, possíveis e remotas), bem como a atualização dos valores considerados como devidos, a fim de retratar fidedignamente o saldo da obrigação da entidade.
- Valor justo de instrumentos financeiros: Conforme citado no item 2 (d) Base de mensuração, os instrumentos financeiros são registrados por seu custo histórico e atualizados de acordo com a avaliação da administração sendo por meio de atualização de seus valores monetários ou pelas condições para liquidação dos valores, sendo refletidos no resultado financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

> Ativo imobilizado e intangível: Seguindo as premissas do CPC 27 e da Lei 11.196/05 - Lei do Bem, os ativos imobilizados e os intangíveis, respectivamente, tem sido reconhecidos, registrados e depreciados/amortizados, periodicamente (nota 3 (d)).

4. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

São valores em caixa e equivalentes de caixa, incluindo valores mantidos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento no curto prazo. Os equivalentes de caixa representam títulos e valores mobiliários e estão registrados pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam seus valores de mercado ou de realização. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

b) Contas a receber de clientes

Provenientes de 31/12/2021 as contas a receber de clientes são reconhecidos uma vez que a Companhia tenha um direito incondicional ao pagamento. As contas a receber não rendem juros e são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação, determinado de acordo com os termos e condições contratuais.

Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, que é geralmente o valor nominal menos as provisões para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

Mudanças nas provisões para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosas e baixas de contas a receber são reconhecidas nas despesas operacionais. As contas a receber são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação e a Companhia não espera receber nenhum fluxo de caixa futuro de recebíveis que tenham sido baixados.

c) <u>Imobilizado</u>

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. A BBCE registra seus ativos imobilizados ao preço de aquisição, acrescido de impostos não recuperáveis, deduzidos os descontos comerciais e abatimentos além de qualquer custo necessário para colocar o ativo no local e nas condições estabelecidas para que seja capaz de funcionar de forma como foi projetada pela administração. Além de estimativas de custos de desmontagem e remoção do ativo e restauração do local, caso representem uma obrigação assumida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seus bens são registrados no ativo imobilizado somente quando se espera que possam ser utilizados por mais de um período (exercício contábil), os custos de manutenção e outros custos indiretos não integram o valor dos bens sendo registrados como resultado na medida em que ocorrerem. Em função do desgaste ou uso dos itens do imobilizado, mensalmente são reconhecidos no resultado através da depreciação, os valores estimados têm como base os critérios de vida útil estimada pelo gestor do ativo.

Os bens do Imobilizado são baixados por ocasião de alienação. Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa de imobilizado são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. O valor do ganho ou perda terá por base o valor contábil do bem deduzidas da depreciação acumulada e de eventual ajuste a valor recuperável. O resultado apurado é considerado como "outras receitas e/ou outras despesas" nas demonstrações de resultado do exercício.

d) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

A BBCE adota uma política de análise anual entre o valor registrado contabilmente e o valor recuperável. As metodologias para avaliação da recuperação de ativos são estipuladas na NBC TG 01, dentre as quais, a estimativa do valor em uso de um ativo. Dessa forma, a administração por meio de estudo de mercado de outros resultados abrangentes efetuou o cálculo do Impairment no exercício de 2021 e baixou parte de seu intangível ao valor justo. O valor do Impairment foi calculado de acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e no CPC 04- Ativo Intangível, considerando a obsolescência tecnológica e descontinuidade da Plataforma Balcão que será substituída pelo E-HUB.

e) <u>Intangível</u>

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os softwares referem-se ao custo de aquisição do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Enquanto tais desenvolvimentos não são encerrados, os saldos são controlados no grupo de "Projetos em andamento".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Provisões

Uma provisão é constituída em função de evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação em que seja possível estimar de forma confiável os valores cuja liquidação, em determinado momento, se esperam necessários os desembolsos.

A política para o reconhecimento das provisões é de acordo com a probabilidade de perda que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

O Imposto de renda e contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis e o regime tributário adotado pela Companhia é o lucro real.

As apurações do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido se dão através do lucro fiscal apurado periodicamente. Na competência de 2021 a Companhia passou a ser optante do lucro real trimestral, sendo que a Companhia avalia a posição fiscal e contábil da base de cálculo do imposto e efetua adições e exclusões temporárias e permanentes sempre que necessárias.

Os valores passiveis de compensação estão demonstrados no ativo circulante, visto a perspectiva de serem compensados dentro do próximo exercício fiscal.

Os impostos são apurados com base no regime de lucro real. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

h) Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

i) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida pelo valor justo da compensação recebida ou a receber, reduzida por impostos de venda, abatimentos e outras provisões similares. As receitas da Companhia são compostas por:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Emolumentos: pelos produtos balcão, e boleta eletrônica;
- (ii) Taxa por MWh negociado na plataforma no produto balcão e por contrato firmado na boleta eletrônica.

Em decorrência do CPC 47, a BBCE segue a premissa do reconhecimento de receita no momento da transferência do controle representa uma abordagem diferente do atual modelo de riscos e benefícios. O CPC 47 afirma que "controle de um ativo se refere à capacidade de dirigir o uso e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes do ativo".

Em ambos os casos da receita sobre a plataforma balcão e receita sobre a plataforma derivativos, o reconhecimento e registro da receita se dá quando o fato gerador (negociação) é efetivado dentro das plataformas.

j) Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação, mensuração dos ativos e passivos financeiros, e a mensuração e o reconhecimento de perda por redução do valor recuperável.

i) Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: (i) ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; (ii) menos as amortizações de principal; e (iii) mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, quando vierem a ser contratados, serão mensurados pelo maior valor entre o valor da provisão para perdas e o valor inicialmente reconhecido e deduzido do valor da receita em caso de valor recebido antecipadamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

h) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

 i) Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado--Continuação

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período, de acordo com a NBCTG 48 de 2016.

Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

ii) Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas Rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("Impairment")

O CPC 48 determina o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

k) Dividendos

A BBCE adota uma política para o reconhecimento dos dividendos devidos de acordo com o seu resultado dentro do período em concomitância a assembleia dos sócios que analisa a viabilidade e disposição dos valores a distribuir bem como as demais reservas de lucro.

j) Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) <u>Impostos sobre vendas</u>

A Companhia está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep e da COFINS. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003.

Localizada em São Paulo, a BBCE é tributada pela alíquota de 5% de ISS sobre seus serviços.

I) Arrendamento

A política contábil que baseia o registro e reconhecimento do contrato de arrendamento é baseado no CPC 06 / IFRS 16 que reconhece mensalmente a amortização do direito de uso do ativo. O passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos, a uma taxa de desconto "implícita" no cálculo do valor a pagar.

Por ser o primeiro ano em que a companhia adere ao CPC pleno, o arrendamento foi reconhecido dentro do exercício e teve seu efeito no resultado operacional evidenciado nas demonstrações contábeis do no ano ato de seu registro. Ao reconhecer e amortizar o direito do uso mensalmente, a companhia passa a registrar de forma fidedigna o real valor de despesa na competência e o resultado financeiro em relação ao contrato firmado.

m) Incentivo de longo prazo

A BBCE elaborou o "Plano de Incentivo de Longo Prazo Phantom Stock Options da BBCE", que amparado pelo CPC 33, estabelece os termos e condições de outorga de unidades de natureza de prêmio financeiro lastreadas em cotações de ações virtuais da Companhia, calculadas com base na variação do EBITDA da Companhia, nos termos e condições previstos.

Ao efetuar o reconhecimento da obrigação por parte da empresa, o item 154, do CPC 33 - reconhece que "A mensuração de outros benefícios de longo prazo a empregados não está normalmente sujeita ao mesmo grau de incerteza que a mensuração de benefícios pós-emprego. Por essa razão, este Pronunciamento requer um método simplificado de contabilização no caso de outros benefícios de longo prazo a empregados. Diferentemente da contabilização exigida para benefícios pós-emprego, esse método não deve reconhecer mensurações em outros resultados abrangentes." A cada exercicio, a Companhia reconhece o direito das phantom shares por parte de seus executivos e registra a obrigação de acordo com o grau de liquidez. Ano-a-ano, conforme o direito do colaborador torna-se efetivo, a contabilidade torna a reconhecer a obrigação da entidade e o relatório é atualizado de acordo com o EBITDA corrente do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Normas e interpretação novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes

- CPC 11 Contratos de Seguro
- CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- CPC 48 Instrumentos Financeiros
- CPC 06 (R2) Arrendamentos
- CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

b) Revisadas e não vigentes

- CPC 50 Contratos de Seguros
- CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 27 (R1) Ativo Imobilizado
- CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 48 Instrumentos Financeiros
- CPC 06 (R2) Arrendamentos
- CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 32 Tributos sobre o Lucro

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima, e não adotou nenhum pronunciamento contábil de forma antecipada.

6. Caixa e equivalente de caixa

	2021	2020
Caixa	212	247
Aplicações financeiras (i)	25.965.201	31.048.774
	25.965.413	31.049.021

⁽i) Referem-se a operações cujo vencimento na data do balanço seja igual ou inferior a 30 dias, possuem liquidez imediata e atrelado ao risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. Substancialmente são remuneradas por meio da aplicação de um percentual negociado sobre o CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). O percentual negociado sobre o CDI no período foi de 99%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes

_	2021	2020
Clientes nacionais (-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa Partes relacionadas	1.515.009 (3.940) 450.162 1.961.231	1.367.570 - 378.240 1.745.810
-	1.701.231	1.743.010

2021

2020

Em 31 de dezembro de 2021, não havia títulos vencidos de clientes a longa data e o prazo de vencimento não excedia a 120 dias da data-base de 31 de dezembro de 2021. Os valores em aberto com mais de 120 dias foram reconhecidos como provisões para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

8. Impostos a recuperar

	2021	2020
Contribuição social	18.870	2.133
IRRF a compensar	870.682	
PIS a compensar	12.266	391.505
COFINS a compensar	56.610	-
Provisão de IR e IOF (*)	173.750	-
IRPJ e CSLL Diferido	751.862	-
	1.884.040	393.638

^(*) Impostos sobre aplicações financeiras. Valores de impostos estimados com base nos saldos disponíveis em 31/12/2021.

9. Imobilizado

a) <u>Composição</u>

	Taxa de depreciação anual (%)	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido 2021	Imobilizado Líquido 2020
Computadores e periféricos	20	556.362	(214.932)	341.430	254.817
Moveis e utensílios	10	22.175	(6.445)	15.730	15.528
Máquinas e equipamentos	10	38.884	(13.645)	25.239	29.320
Benfeitorias em imóveis locados			, ,		
(*)	4	246.410	(166.103)	80.307	219.868
		863.831	(401.125)	462.706	519.532

^(*) Taxa definida de acordo com o contrato de locação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do imobilizado

	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 2021
Computadores e periféricos	254.817	178.938	-	(92.325)	341.430
Moveis e utensílios	15.528	2.467	-	(2.265)	15.730
Máquinas e Equipamentos	29.319	-	-	(4.080)	25.239
Benfeitorias em imóveis locados	219.868	-	(4.820)	(134.741)	80.307
	519.532	181.405	(4.820)	(233.411)	462.706

	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 2020
Computadores e periféricos	148.347	169.984	-	(63.514)	254.817
Moveis e utensílios	4.960	12.004	-	(1.436)	15.528
Máquinas e Equipamentos	28.432	4.358	-	(3.471)	29.319
Benfeitorias em imóveis locados	-	251.230	-	(31.362)	219.868
	181.739	437.576		(99.783)	519.532

10. Intangível

a) Composição

	Taxa de amortização anual (%)	Custo	Amortização Acumulada	Intangível Líquido em 2021	Intangível Líquido em 2020
Software	20	3.296.756	(2.576.871)	719.885	2.459.826
Plataforma Derivativos	20	7.968.422	(1.471.333)	6.497.089	-
Plataforma Leilão	20	931.890	(61.748)	870.142	-
Sistemas Internos	20	495.621	(61.875)	433.746	-
Projetos em andamento	-	22.665.078	-	22.665.078	17.225.308
	_	35.357.767	(4.171.827)	31.185.940	19.685.134

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do intangível

	Saldo em 2020	Adições	Transferências	Redução ao valor recuperável Impairment (*)	Amortizações	Saldo em 2021
Software Plataforma Derivativos Plataforma Leilão	2.459.827	1.660.801 1.419.569 130.081	6.548.853 801.809	(2.359.631)	(1.041.112) (1.471.333) (61.748)	719.885 6.497.089 870.142
Sistemas Internos Projetos em andamento	17.225.307	367.218 12.918.836	128.403 (7.479.065)		(61.875)	433.746 22.665.078
	19.685.134 Saldo em 2019	16.496.505 Adições	Baixas	(2.359.631) Amortizações	(2.636.068) Saldo em 2020	31.185.940
Software Projetos em andamento	2.317.456 2.347.679 4.665.135	822.222 14.877.628 15.699.850	- -	(679.851) - (679.851)	2.459.827 17.225.307 19.685.134	

(*) No exercício de 2021 foi reconhecida Perda ao Valor Recuperável (Impairment) em R\$ 2.359.631, com base nos CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e no CPC 04 - Ativo Intangível, considerando a obsolescência tecnológica e descontinuidade da Plataforma Balcão que será substituída pelo E-HUB.

c) Composição por projeto

	Custo	Redução ao valor recuperável Impairment (*)	Amortização	Valor líquido em 2021
Projeto Balcão (a)	4.120.628	(2.359.631)	(1.041.112)	719.885
Projeto Leilão (b)	931.890	-	(61.748)	870.142
Projeto Derivativos (c)	7.968.422	-	(1.471.333)	6.497.089
Projeto E-Hub (d)	19.710.138	-	-	19.710.138
Projeto Integração CCEE (e)	1.386.401	-	-	1.386.401
Projeto Liquidação Financeira (f)	1.151.290	-	-	1.151.290
Projeto Alavancagem (g)	417.249	-	-	417.249
Projeto SAP e Sistemas Internos (h)	495.621	-	(61.875)	433.746
	36.181.639	(2.359.631)	(2.636.068)	31.185.940

- a) A BBCE iniciou as atividades de operação do mercado ACL Ambiente de Livre Comercialização de Energia Elétrica, utilizando uma plataforma de Balcão Eletrônico desenvolvida durante o exercício de 2017 e lançada no ano de 2018. Essa plataforma, conhecida como BBCE Plataforma Físico, recebeu em 2021 investimentos em desenvolvimento, com o intuito de entregar ao mercado livre de energia, novas funcionalidades e melhorias nas funcionalidades já existentes. Esse investimento foi realizado através da contratação de horas de profissionais de tecnologia, junto a empresas de prestação de serviços de TI.
- b) Plataforma de leilão online, projeto foi entregue em setembro de 2021.
- c) Plataforma de registro e negociação de derivativos de energia, projeto foi concluído em janeiro de 2021.
- d) O E-Hub é um ecossistema que contempla todo o ciclo de vida de Pré Negociação, Negociação e Pós Negociação multiproduto e multimercado, modulável, escalável, parametrizável, desenvolvido com as melhores tecnologias e frameworks do mercado, orientado a micro serviços e concebido para ser um ecossistema altamente performático, seguro e resiliente. O projeto como um todo tem previsão de entrega ao final do exercício de 2022. A entrega da 1° fase do projeto está estimada para agosto de 2022, quando será entregue a infraestrutura sistêmica base, a estrutura de mercados físicos e a entrega do Produto Mercado Físico que irá substituir a Plataforma Balcão.
- e) O objetivo do projeto Integração CCEE é utilizar uma estrutura tecnológica específica da CCEE, nomeada Click CCEE, para registrar contratos firmados nas múltiplas plataformas da BBCE.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- f) O objetivo do projeto Liquidação é criar estrutura tecnológica apartada dos sistemas BBCE atuais, integrada a sistemas bancários e às próprias plataformas da BBCE que permita calcular, gerenciar e liquidar as operações de contratos entre partes e contrapartes de negócios realizados pelos clientes da BBCE.
- g) O objetivo do projeto Alavancagem é criar uma plataforma que permita compor dados exógenos da BBCE com dados contidos em seu ecossistema e processar esses dados para que o índice de alavancagem das partes e contrapartes optantes seja calculado.
- h) Implantação e automação do ERP SAP Business One e sistemas internos da companhia, concluído em janeiro de 2021.

11. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	2.143.697	1.107.371
Outras contas a pagar	249.289	544.689
· -	2.392.986	1.652.060

Em decorrência de suas atividades operacionais, a Companhia possui saldo a pagar de fornecedores e prestadores de serviços. O saldo a pagar refere-se à aquisição de serviços de infraestrutura AWS, serviços destinados à sustentação e desenvolvimento das plataformas e projetos em andamento, treinamento profissional e consultorias.

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020
Provisão para pagamento de bônus (a)	2.527.802	1.940.350
FGTS	49.087	40.076
INSS	135.224	116.982
IRRF	164.842	-
Provisão e encargos s/ férias	728.894	693.481
	3.605.849	2.790.889

⁽a) A administração da Companhia provisionou a distribuição de pagamento de bônus do exercício de 2021 para todos os seus colaboradores, pois entende que é uma obrigação construtiva com base nas informações disponibilizadas aos funcionários e na probabilidade realista de pagamento desse benefício.

13. Obrigações tributárias a recolher

	2021	2020
ISS PIS COFINS PIS, COFINS e CSLL retido a recolher Imposto de renda retido na fonte	93.605 35.455 166.442 74.007 30.653	22.294 28.443 131.512 121.789 160.869 464.907
	100.102	101.707

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Demandas judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento, bem como riscos relacionados à sua operação e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. A Companhia possui um processo contingente em 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Processos trabalhistas	611.657	-
	611.657	-

Vínculo empregatício com prestadores de serviços

Em razão do histórico de processos movidos contra a Companhia pelo fato de manter a contratação de prestadores de serviço na modalidade de pessoa jurídica, que reclamam judicialmente vínculo trabalhista.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social subscrito é de R\$48.684.234 (quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais), e está representado por 96.796 ações ordinárias. No exercício de 2021, houve integralização de capital no valor de R\$ 7.135.865, restando o saldo no valor de R\$ 45.210 (quarenta e cinco mil e duzentos e dez reais) a integralizar, perfazendo o capital social líquido de R\$ 48.639.024 (quarenta e oito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, vinte e quatro reais).

As ações da Companhia estão distribuídas entre os acionistas da seguinte forma:

Acionistas	Ações	%
America Energia S.A.	2.010	2.08%
Apt BBCE Participações Ltda.	520	0,54%
Atmo Comercializadora de Energia Ltda.	2.057	2,13%
BEP Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	1.016	1,05%
Bolt Serviços e Comercialização de Energia Ltda.	1.019	1,05%
Boven Comercializadora de Energia Ltda.	1.970	2,04%
Brasil Comercializadora de Energia S.A.	4.840	5,00%
Capitale Energia Comercializadora Ltda.	4.840	5,00%
Cassol Cunha Participações Ltda.	2.034	2,10%
Celer Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	1.029	1,06%
Cinergy Comercializadora de Energia Ltda.	1.001	1,03%
CMU Energia Ltda.	4.000	4,13%
Combio Energia S.A.	3.370	3,48%
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	4.000	4,13%
Delta Comercializadora de Energia Ltda.	3.840	3,97%
Diferencial Comercializadora de Energia Ltda.	1.480	1,53%
Douglas Valério Becker	3.453	3,57%
Ecel - Eléctron Comercializadora de Energia Ltda.	2.024	2,09%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionistas	?S	%
Ecom Energia Ltda.	3.227	3,33%
Vivaz Energia Ltda.	1.613	1,67%
EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	2.024	2,09%
Enel Brasil S.A.	2.000	2,07%
Engie Brasil Energia S.A.	1.000	1,03%
Evolution Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural Ltd	12	0,01%
GET Comercializadora de Energia S.A.	1.000	1,03%
Gold Comercializadora de Energia Ltda.	1.000	1,03%
Gopro Venture Holding Ltda.	3.085	3,19%
Kroma Comercializadora de Energia Ltda.	2.500	2,58%
Libra Comercializadora de Energia Ltda.	2.396	2,48%
Matrix Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	2.085	2,15%
Nova Energia Comercializadora Ltda.	4.840	5,00%
Pacto Comercializadora de Energia e Gás Natural S.A.	1.000	1,03%
P&K Participações Ltda.	1.291	1,33%
Prime Energy Comercializadora de Energia Ltda.	2.060	2,13%
Principal Comercializadora de Energia Ltda.	1.000	1,03%
Rumo Empresarial Assessoria e Consultoria Ltda.	1.089	1,13%
Safira Holding Ltda.	4.840	5,00%
SOLenergias Comercializadora de Energia S.A.	3.015	3,11%
Stima Energia Ltda.	2.716	2,81%
Terra Energy Comercializadora de Energia Ltda.	2.000	2,07%
Tradener Ltda.	4.000	4,13%
Z2 Energia Renováveis S.A.	2.500	2,58%
	96.796	100,00%

15.2. Destinação do lucro

<u>Distribuição de dividendos:</u> o estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da legislação societária.

A movimentação da reserva de lucro, pode ser resumida da seguinte forma:

	2021	2020
Prejuízo (lucro) líquido do exercício (-) Reserva legal (5%)	(1.302.664)	1.537.748 (76.887)
Base para cálculo do dividendo mínimo	(1.302.664)	1.460.861
(-) Dividendo mínimo obrigatório (25%)		(365.215)
Total de dividendos destinados		(365.215)

Em 27 de abril de 2021, os acionistas da Companhia, aprovaram a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$365.215, na proporção da participação dos acionistas, apurado em 2020, para a conta de reserva de retenção de lucros.

Reserva legal: constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social somadas as reservas de capital. Após esses limites, as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Reserva especial de lucros:</u> após a constituição da reserva legal e destinação dos dividendos mínimos obrigatórios está sendo retida e adicionada à reserva de lucros para suprir a necessidade de capital de giro e possibilitar novos investimentos.

15.4. Prejuízo fiscal

Lucro contábil antes dos impostos	2021
Resultado contábil antes do IR e CS	(2.054.524)
(+) Adições	2.923.538
(-) Exclusões	(2.484.775)
(=) Base tributável	(1.615.761)

Foi apurado prejuízo contábil ao valor de R\$ 2.054.524. A apuração do IRPJ e CSLL na competência de 2021 foi efetuada de forma trimestral, apresentando o prejuízo fiscal no período de R\$ 1.615.761.

16. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita de serviços - Plataforma Balcão Receita de serviços - Plataforma Derivativos (*)	15.975.871 156.442	12.347.324
Receita com Partes Relacionadas - Plataforma Balcão Receita com Partes Relacionadas - Plataforma Derivativos (*)	5.508.588 195.465	4.918.756 -
Receita total de serviços	21.836.366	17.266.080
(-) ISS s/ faturamento(-) PIS s/ faturamento(-) COFINS s/ faturamentoTotal de receita líquida de serviços	(1.094.077) (345.706) (1.600.239) 18.796.344	(955.265) (284.891) (1.312.222) 14.713.702

^(*) A Companhia iniciou a prestação de serviços relacionado a plataforma de derivativos, durante o exercício de 2021.

17. Custo dos serviços prestados

	2021	2020
Custo com pessoal e encargos Consultoria TI Amortização (*) Impairment (nota 10 (b))	(1.985.400) (2.101.598) (2.636.068) (2.359.631) (9.082.697)	(3.622.169) (2.890.545) (711.366)

^(*) Incremento da amortização das plataformas Derivativos e Leilão que entraram em operação em 2021, conforme nota 9.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas com pessoal (a) Despesas administrativas (b) Conselho Administrativo Serviços terceirizados Depreciação arrendamento Depreciação PCLD Outros	(5.558.879) (1.887.730) (1.188.190) (3.486.306) (303.613) (233.411) (90.840) (166.512)	(1.178.984) (958.328) - (3.624.244) - (68.421) (54.304) (37.144)
	(12.915.480)	(5.921.425)

a) No curso do exercício de 2021, foram contratados novos colaboradores para suprir a demanda de atividades da companhia e sua gestão, foram 11 contratações sendo 1 delas a do diretor presidente e primarização de cargos estratégicos de TI (Gerente de Infraestrutura e Arquitetura e Gerente de Segurança da Informação) ocasionando aumento nas despesas com pessoal e respectivos encargos e provisões.

19. Resultado financeiro

	2021	2020
Rendimento sobre aplicações financeiras (*) Outros	1.332.782 4.105	393.457 4.417
Total das receitas financeiras	1.336.887	397.874
Despesas bancárias Pis/COFINS sobre receitas financeiras Outras despesas Atualização monetária Juros Passivos	(6.280) (61.974) (8.471) (23.256) (24.857)	(4.417) (27.597) (26.218)
Total das despesas financeiras	(124.838)	(58.232)
Resultado financeiro líquido	1.212.049	339.642

^(*) Houve integralização de capital em janeiro/21 ao valor de R\$ 7.135.866 mil, que foram adicionados aos investimentos mantidos em CDB (Certificado de Depósito Bancário), que são remunerados por meio da aplicação de um percentual negociado sobre o CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). Não houve perda nos montantes investidos durante o exercício de 2021.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

Durante o exercício de 2021, a Companhia manteve seu regime de tributação no lucro real. Os valores de imposto de renda e contribuição social referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2021 e 2020, demonstrados no resultado, apresentam a seguinte reconciliação em seus valores às alíquotas nominais:

b) A Companhia possui um processo contingente que se encontra provisionado ao valor atualizado de R\$ 611.657 mil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação no regime de lucro real

	2021	2020
Resultado contábil antes do IR e CS (+) Adições (-) Exclusões (1) (=) Base tributável	(2.054.524) 2.923.539 (2.484.775) (1.615.761)	1.907.840 54.984 (1.344.532) 618.292
CSLL corrente - 9%	-	89.155
IRPJ corrente - 15%	-	148.592
Base tributável IRPJ	-	930.615
IRPJ corrente - 10%	-	93.061
CSLL corrente total	-	107.438
IRPJ corrente total		262.654
		370.092

⁽¹⁾ Foram utilizados dispêndios elegíveis para a Lei do Bem como base de exclusão, esses gastos se enquadram como Dispêndios com Inovação Tecnológica (Lei nº 11.196/2005, art. 19).

21. Transações com partes relacionadas

a) Saldos e transações com empresas do grupo

2021	Ativo circulante	Transações
	Créditos	Venda
América Energia S.A.	17.548	186.991
Atmo Comercializadora de Energia Ltda.	10.561	224.901
Bep Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	13.228	314.535
Bolt Serviços e Comercialização de Energia Ltda.	23.801	210.442
Boven Comercializadora de Energia Ltda.	27.474	377.133
Brasil Comercializadora de Energias Ltda.	1.970	58.506
Capitale Energia Comercializadora Ltda.	18.478	224.057
Cinergy Comercializadora de Energia Ltda.	-	2.000
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	13.817	184.320
Delta Comercializadora de Energia Ltda.	15.617	188.421
Diferencial Comercializadora de Energia Ltda.	17.433	184.079
ECEL - Elétron Comercializadora de Energia Ltda.	7.786	81.993
Ecom Energia Ltda.	9.521	83.713
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.	9.905	78.946
Evolution Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural Ltda.	5.560	68.956
Genial Energy Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	29.366	325.209
Get Comercializadora de Energia S.A.	5.223	98.686
Gold Comercializadora de Energia Ltda.	41.695	368.551
Kroma Comercializadora de Energia Ltda.	16.922	168.907
Libra Comercializadora de Energia Ltda.	9.556	273.282
Lux Energy Comercializadora de Energia Ltda.	25.226	231.289
Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	7.600	213.200
Nova Energia Comercializadora S.A.	20.045	238.400
Pacto Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural S.A.	15.547	153.873
Prime Energy Comercializadora de Energia Eireli.	17.963	273.217
Principal Comercializadora de Energia Ltda.	2.011	76.775
SOLenergias Comercializadora de Energia S.A.	2.376	40.012
Stima Energia Ltda.	35.427	462.432
Tradener Ltda.	11.488	122.007
Vivaz Energia Ltda.	17.018_	189.223
	450.162	5.704.053

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Partes relacionadas - Continuação

a) <u>Saldos e transações com empresas do grupo</u> - Continuação

2020	Ativo circulante	Transações	
	Créditos	Venda	
America Energia S.A.	10.765	102.783	
Argon Comercializadora de Energias Ltda.	2.741	36.628	
Atmo Comercializadora de Energia Ltda.	16.257	118.531	
BC Comercializadora de Energia Ltda.	10.438	120.245	
BEP Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	-	184.443	
Beta Comercializadora de Energia S.A.	27	5.171	
Bolt Serviços e Comercialização de Energia Ltda.	13.397	118.300	
Boven Comercializadora de Energia Ltda.	32.295	409.393	
Brasil Comercializadora de Energias Ltda.	5.437	50.198	
Capitale Energia Comercializadora Ltda.	10.308	148.960	
Cinergy Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	
CMU Trading Comercializadora de Energia Ltda.	27	227	
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	25.095	190.813	
Delta Comercializadora de Energia Ltda.	13.122	124.294	
Diferencial Comercializadora de Energia Ltda.	4.116	105.606	
Douglas Valério Becker	-	-	
Ecel - Eléctron Comercializadora de Energia Ltda.	6.608	89.720	
Ecom Energia Ltda.	1.850	76.095	
EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	2.722	45.539	
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A	2.913	77.028	
Enel Trading Brasil S.A	4.029	10.916	
Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.	763	12.222	
Engie Trading Comercializadora de Energia Ltda.	5.800	26.095	
Evo Energia Ltda.	6.056	86.717	
Evolution Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural Ltda.	1.297	16.859	
Geramamoré Participações e Comercializadora de Energia Ltda.	-	2.115	
Get Comercializadora de Energia S.A.	-	119.844	
Gold Comercializadora de Energia Ltda.	14.174	132.242	
GPS Comercializadora Energia Ltda.	1.133	7.988	
Kroma Comercializadora de Energia Ltda.	8.486	141.698	
Libra Comercializadora de Energia Ltda.	21.371	236.419	
Lux Energy Comercializadora de Energia Ltda.	10.676	149.206	
Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	17.077	155.615	
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	8.929	112.396	
Nova Energia Comercializadora S.A.	13.160	165.169	
Ot Comercializadora de Energia Ltda.	2.152	39.221	
Pacto Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural S.A.	5.448	119.952	
Pierp Comercializadora de Energia S.A.	-	9.135	
Plural Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	20.829	283.456	
Prime Energy Comercializadora de Energia Eireli	7.861	224.272	
Principal Comercializadora de Energia Ltda.	12.915	68.423	
Rumo Empresarial Assessoria e Consultoria Ltda.		-	
Safira Administração e Comercialização de Energia Ltda.	14.846	193.745	
Solenergias Comercializadora de Energia S.A.	1.738	17.305	
Stima Energia Ltda.	23.947	321.662	
Tradener Ltda.	8.753	89.811	
Zeta Comercializadora de Energia S.A.	8.682	83.342	
	378.240	4.829.797	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Partes relacionadas - Continuação

b) Natureza, termos e condições das transações

Nos exercícios de 2021 e 2020, a Companhia teve operações com partes relacionadas efetuadas em condições comerciais, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação comercial existente é a prestação de serviços pela utilização da Plataforma Balcão e da Plataforma Derivativos da BBCE.

c) Remuneração da diretoria

A Remuneração da diretoria ocorre por meio da folha de pagamento. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração total relativa aos benefícios de curto prazo do atual presidente da Companhia e demais diretores foi no montante de R\$ 2.391. 835(R\$1.126.763 em 2020).

22. Instrumentos financeiros

a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2021	2020
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado Equivalentes de caixa (Nota 6)	2	25.965.201	31.048.774
Custo amortizado Contas a receber de clientes (Nota 7) Contas a receber de partes relacionadas (Nota 7 e 21)	-	1.511.069 450.162	1.367.570 378.240
Passivos financeiros			
Custo amortizado Fornecedores (Nota 11) Outras contas a pagar (Nota 11)	<u>-</u> -	2.143.697 249.289	1.107.371 544.689

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Gerenciamento de riscos

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

a) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e todos sujeitos a taxas de juros variáveis. A Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação.

b) Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros - Continuação

c) Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes.

d) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de contratação de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação corporativa. As coberturas dos seguros estão assim demonstradas:

		Importância		
<u>Natureza</u>	Vigência	assegurada	Prêmio	Cobertura
Diretores e Administradores	03/09/2021 a 03/09/2022	50.000.000	52.311	Cobertura Ampla A + Ampla B + RC Ambiental de Diretores e Administradores + Cobertura Adicional + Extensões
Responsabilidade Civil Profissional	07/05/2021 a 07/05/2022	3.000.000	111.675	Cobertura Ampla + Extensões + RC Produtos Território Nacional

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

24. Eventos subsequentes

Integralização de capital

Em 28 de janeiro de 2022, houve integralização de capital ao valor de R\$ 45.210 (quarenta e cinco mil, duzentos e dez reais), relacionado ao saldo a integralizar em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Hugo Guilherme Almeida Santos CRC 1SP335860/O-8